

# Quem poderia salvar o país, se os políticos permitissem.

São tantas as implicações do tabelamento dos juros reais em 12% ao ano — acertadamente definido pelo sociólogo Hélio Jaguaribe como um “colossal erro técnico” — que as consequências de mais esta desastrosa decisão dos nossos constituintes são a esta altura totalmente imprevisíveis. O presidente do BNDES, Márcio Fortes, por exemplo, já disse que todas as linhas de crédito dessa instituição destinadas ao financiamento de capital de giro deverão ser extintas, pois com o limite de 12% é praticamente impossível operar esses créditos com rentabilidade (com essa medida, o BNDES deixará de aplicar cerca de US\$ 200 milhões). E o presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões, depois de admitir que será difícil rolar a dívida interna com os juros tabelados, acrescentou que “tudo no Brasil é possível, porque somos muito ecléticos e criativos”...

Apesar desse otimismo irônico do presidente do BC, ninguém duvida que, dependendo da saída jurídica a ser encontrada, a nova Constituição funcionará como uma camisa-de-força para as diversas operações financeiras. Algumas delas, como o crédito ao consumidor e a colocação de CDB e Letras de Câmbio, poderão até tornar-se inviáveis dependendo da definição de juros reais a ser adotada e da tributação. Aliás, o próprio autor da idéia, o deputado Fernando Gasparian, consciente do abacaxi que plantou, sugeriu que a Receita Federal elimine a tributação sobre as operações financeiras para garantir a aplicação dos 12%...

Naturalmente, trata-se de uma situação que deixa o mercado na maior das incertezas e tira o sono dos dirigentes das instituições financeiras, em virtude da forte concentração das aplicações em títulos públicos. Até aqui, como observou o economista Domingos Rodrigues, consultor de empresas e ex-pesquisador do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, as taxas oferecidas pelo Banco Central nos leilões de títulos públicos — realizados para financiar o déficit da União — possibilitaram elevada rentabilidade ao sistema bancário, mas agora, caso o limite de 12% para os juros seja mesmo obedecido, várias instituições poderão enfrentar dificuldades e até correr o risco de serem estatizadas.

Na opinião de Rodrigues, “jamais o sistema bancário esteve tão dependente dos títulos públicos como atualmente”. O maior banco privado brasileiro (Bradesco), por exemplo, obteve 64% da sua receita operacional no primeiro semestre, que somou 630 bilhões de cruzados, nesse seguimento do mercado financeiro. Com exceção do Unibanco, todos os demais grandes bancos brasileiros privados ganharam mais de metade de suas receitas em negócios com papéis do Tesouro.

Isso significa, no entender do citado economista, que as operações normais de crédito ao setor produtivo perderam importância para o sistema bancário, que, diante da atração dos lucros proporcionados pelo giro com títulos do governo, “deixaram de irrigar a produção econômica”. É óbvio — e Rodrigues está plenamente convencido disso — que essa concentração dos negócios nos títulos públicos não foi uma decisão ou uma escolha dos banqueiros. Ela resulta da retração dos investimentos produtivos e da própria estagnação da economia, dois fatores que diminuem a demanda de crédito, e sobretudo da “poderosa bomba de sucção de recursos em que se converteu o déficit público”, responsável pela transformação do Estado no maior tomador dos recursos poupados pela sociedade.

Sem dúvida, é essa situação infernal, muito própria aliás da inflação de 1.000% ao ano que paralisa as decisões de investimento, que leva as empresas, os bancos e todos os detentores de poupança a viver dos ganhos das aplicações de curtíssimo prazo (overnight), cuja rentabilidade tem sido amplamente compensadora e crescente, em razão da necessidade de tapar os rombos das contas do governo.

Os riscos envolvidos nessa ciranda de títulos públicos girados em ritmo alucinante são, como até os menos versados na ciência de Adam Smith são capazes de pressentir, extremamente elevados. Depois de analisar os balanços semestrais dos bancos, Rodrigues concluiu que qualquer redução da rentabilidade dos títulos públicos terá o poder de abalar a rede bancária. Isso poderá acontecer na hipótese de o Banco Central ser obrigado a aplicar o limite de 12% para os juros, pois hoje os negócios com títulos públicos estão rendendo aos bancos, em média, 15 a 16% ao ano reais.

Cabe ressaltar ainda que a decisão da Constituinte de tabelar os juros em 12% tem, entre mil outros inconvenientes, a desvantagem de incentivar a fuga de recursos da poupança, isto é, das aplicações financeiras em geral, para ativos não sujeitos a esse limite de rentabilidade (dólar no paralelo, ouro, imóveis, automóveis e outros bens duráveis), o que pode provocar um indesejável aquecimento da demanda, que pode fazer a inflação explodir. Entre os ativos beneficiados pelo artificialismo do tabelamento dos juros também devem ser incluídas as ações de empresas de capital aberto.

Com ou sem tabelamento de juros, no entanto, estamos muito longe de ver as empresas privadas brasileiras deixando de aplicar seus recursos no overnight para investir em aumento de capacidade produtiva ou em novos projetos, como quer o presidente do BNDES, Márcio Fortes, pois não há nada, nas atuais condições de turbulência inflacionária, que permita prever uma redução da excessiva concentração da poupança privada no suporte da dívida do governo.

Apesar do ambiente econômico adverso produzido por um governo incapaz de ordenar suas finanças, o IBGE registrou este mês uma desaceleração no ritmo de queda que vinha acontecendo desde fins de 1987 na produção industrial. Em julho a produção industrial brasileira caiu 0,7% em relação a junho deste ano, mas, comparada a julho de 1987, houve um crescimento de 1,6%, que é um sinal claro da enorme utilidade da economia privada brasileira. O que ela está demonstrando é que se os políticos não se decidirem a assassiná-la, ela tem condições de reagir rápida e vigorosamente. Contudo, a confirmação dessa reação vai depender essencialmente da superação das incertezas provocadas pelas loucuras da Constituinte e pela indecisão do governo no combate à inflação.

O que este quadro mostra, enfim, é que, como já temos dito tantas vezes e o Brasil inteiro sabe, a crise é do Estado, dominado por uma nomenclatura insaciável que age em conluio com uma classe política retrógrada e despreparada, que só pode sobreviver drenando mais e mais dinheiro da parte da sociedade que trabalha e produz. O setor privado, mesmo prejudicado pela inflação e pelas outras consequências do desgoverno, continua à espera de melhores condições para investir e superar definitivamente a crise criada pela nomenclatura cabocla e pelos políticos incapazes de colocar os interesses da sociedade acima das suas ilimitadas ambições pessoais.

8861 13S 8-  
JORNAL DA TARDE  
-8 SET 1988